

Até ao fim do ano

O empreendedorismo é uma aposta deste Governo e a competitividade “essencial” para a economia crescer. O ministro da Economia destacou ontem, na conferência Portugal Global, promovida pelo Negócios, mais de 15 medidas que estarão concluídas “nos primeiros seis meses de governação”. E deixou uma mensagem de optimismo: mais do que uma “ameaça”, a crise “é uma oportunidade para tornarmos o nosso País mais dinâmico, produtivo e competitivo”.

MARLENE CARRIÇO
marlenecarrico@negocios.pt

Empresas públicas com EBITDA zero

O Governo está a ultimar a reestruturação das empresas públicas que “levará a uma enorme transformação” da forma como estas empresa têm sido geridas até agora. “EBITDA zero e resultados operacionais positivos são objectivos que queremos introduzir e que achamos importantes para que o crédito não esteja só alocado às empresas públicas e ao Estado”, disse o ministro da Economia frisando que tal poderá ajudar a solucionar o problema da liquidez.

QREN vai ter estratégia reprogramada

“Para nós, o mais importante é não só simplificar o QREN, fechar gavetas do QREN, mas utilizá-lo para potencializar a competitividade. Uma das grandes prioridades do QREN é baixar os custos de contexto das exportações”, frisou o ministro da Economia apontando a reprogramação estratégica do QREN até ao final do ano. Álvaro Santos Pereira destacou ainda que os “360 milhões da linha BEI já estão disponíveis, o que permitirá a utilização de quase 1.000 milhões dos fundos do QREN”.

Nova lei da concorrência já está pronta

Para tornar o País mais dinâmico é preciso apostar na concorrência. “É muito importante abrir alguns sectores mais protegidos a mais concorrência”, frisou Álvaro Santos Pereira, anunciando que, provavelmente na próxima semana, vai ser posta em consulta pública “a lei da concorrência”, que “já está pronta”.

Empreendedores terão programa de apoio

O Governo vai lançar “a muito breve trecho um programa de empreendedorismo e inovação”. O ministro considera que “é preciso incutir na mentalidade dos portugueses que arriscar é bom e que falhar não é necessariamente mau” e já que não consegue mudar mentalidades, o Governo vai “fornecer incentivos”.

Código das insolvências alterado

“Em Portugal quando uma empresa entra em insolvência está morta e isso tem de acabar”, garantiu o ministro Álvaro Santos Pereira, acrescentado que vai ser feita uma “alteração ao nível do código das insolvências”, uma medida que aliás já está em discussão pública e que foi acordada com a troika. “Vamos também mudar a noção das consequências das insolvências e melhorar e publicitar o plano extra judicial de consolidação que poderá ser activado antes das empresas estarem mortas”.

Será criado um verdadeiro capital de risco

As regras de capital de risco vão ser “profundamente alteradas” já nas próximas semanas, criando-se um “verdadeiro capital de risco público”. Para o ministro da Economia “existem demasiadas entidades e operadores, as decisões são morosas e existe uma ausência de regras e disciplina de mercado que são barreiras à entrada de operadores privados”. “Será uma transformação muito dramática, mas boa, para a economia porque irá potencializar economias e empresas inovadoras”, garantiu.

O ministro Álvaro Santos Pereira diz que “falhar não é opção”. O caminho passa pelo aumento da competitividade.

vai estar tudo feito

Miguel Baltazar

Investimento mais ágil com via rápida

O ministro da Economia lembrou que os processos de licenciamento são demasiado morosos. “O licenciamento em Portugal muitas vezes passa por demasiadas entidades que não dialogam entre si, mesmo dentro do mesmo ministério. Isso tem que acabar. Vamos criar a via rápida para o investimento, levando a que seja criada uma redução das despesas e do tempo necessário para registo, constituição e arranque das empresas. Agilizar o investimento é uma das prioridades totais”, afirmou.

Marca Portugal irá chamar-se ‘Mais Portugal’

O Governo vai apostar na Marca Portugal que se irá passar a designar “Mais Portugal” pois, além de aumentar as exportações, é preciso diminuir as importações. “Mais Portugal vai trabalhar, não só ao nível dos cidadãos, mas também ao nível das empresas, bem como das empresas públicas” Para Álvaro Santos Pereira, “é lamentável que empresas públicas muitas vezes dêem prioridade aos produtos estrangeiros em vez de privilegiarem a produção nacional. Isso tem de acabar obviamente”, declarou.

Criar linhas ferroviárias de mercadorias

O ministro da Economia considera que “as obras públicas devem principalmente ser viradas para a competitividade” e, por isso, mais do que se falar em auto-estradas e TGVs de passageiros, “que nada fazem para aumentar a competitividade portuguesa, é preciso apostar nos comboios de mercadorias”. As actuais linhas, que mesmo assim permitem poupanças de custos na ordem dos 10 a 15%, “são péssimas”. “Não permitem comboios de mais de 700 metros e velocidades mais elevadas”, criticou o ministro.

Liderar “casamentos” na construção

O ministro da Economia frisou a importância do aumento de escala para melhorar a competitividade, referindo-se em particular ao sector da construção que cresceu muito nos últimos anos. “É importante perceber que só com maior escala é que muitas dessas empresas poderão sobreviver e internacionalizar-se. O sector da construção é um sector que nos preocupa. Além de apostarmos na requalificação urbana iremos também liderar uma maior consolidação do sector”, revelou o ministro.

Reduzir o peso das “quintinhas”

Álvaro Santos Pereira criticou o facto de em Portugal, muitas vezes, se trabalhar em “quintinhas”. “Em alturas de crise grave como a que passamos hoje não temos nada a ganhar em mantermo-nos nas nossas quintinhas. Existem 700 associações empresariais em Portugal. Na Bélgica existem 70. Eu acho que obviamente o Governo vai actuar nesta área”, avisou. “É de todo o interesse que nós consigamos mais uma vez unirmo-nos para aumentar a nossa escala”, concluiu.

Portos mais virados para as empresas

Muito importante para o Governo são também os portos que ainda não estão “potencializados”. “É muito importante ter portos mais virados para as exportações e para as empresas. Portos e ferrovia em bitola europeia são fundamentais para diminuirmos os custos de contexto da economia”, lembrou o ministro.

Modernização da legislação laboral

Aos olhos do Governo, “a modernização da legislação laboral é fundamental” pois é uma das componentes da competitividade. E por isso o Executivo está a “implementar rapidamente” o que está no acordo com a troika. As alterações previstas “estão a ser cumpridas integralmente”, assegurou.

Grande aposta no ensino profissional

O Governo vai apostar “na formação e ensino profissional”, com o lançamento de programas específicos nesta área. Santos Pereira diz que “é essencial melhorar a formação profissional dos nossos trabalhadores e apostar no ensino profissional que torne os jovens com qualificações mais adequadas às empresas”.



Conferência Portugal Global

Descida da Taxa Social Única, para que serve?

Os empresários que estiveram na conferência “Portugal Global” admitem que a descida da TSU pode ajudar algumas empresas. Mas só isso não chega. Na sua visão o aumento da produtividade passará pela concretização de outras medidas

ANA TORRES PEREIRA
MIGUEL BALTAZAR Fotografia

A redução da Taxa Social Única (TSU), prevista no memorando de entendimento assinado com a troika, visa o aumento da competitividade das empresas. No entanto, os empresários, presentes na conferência “Portugal Global”, defendem que o aumento da competitividade das empresas não passará apenas pela descida da contribuição das empresas para a Segurança Social.

A descida da TSU “não vai dar mais produtividade” à empresa, defendeu o presidente da Frezite, José Manuel Fernandes. O empresário que lidera uma empresa de engenharia disse entender a preocupação da troika ao propor esta medida, mas admitiu que as suas preocupações são outras.

Para o co-fundador da H3, uma empresa que se dedica à venda de hambúrgueres (ver página 19), a redução da TSU não tem impacto. “Para uma empresa de retalho, a preocupação é o aumento do IVA”, disse António Cunha Araújo. “Sei que as vendas vão cair e isso vai beneficiar a economia paralela, que vai ganhar 10 pontos percentuais”, afirmou o administrador da H3. Quanto à eventual descida da TSU, o mesmo responsável afirmou que esta é uma medida “que vale zero, zero não, vale muito menos”.

Esta opinião também foi partilhada por Manuel Regalado, administrador da Portucel. “A descida

da TSU não é materialmente importante, temos outros problemas mais importantes”, disse o responsável, recordando a dificuldade que as empresas do sector têm no acesso à matéria prima para fabricar pasta e papel.

Diplomacia precisa-se...

Estas empresas portuguesas estão a investir no mercado internacional. E na sua generalidade consideram importante o trabalho feito lá fora pelo Governo, através da diplomacia económica.

Mas existem lacunas a suprir. Para José Manuel Fernandes “o Governo tem que dar mais atenção, principalmente nos grandes concursos”. O administrador da Frezite foi ainda mais assertivo: “há grandes concursos internacionais em que o embaixador tem que trabalhar, não é só a festa do croquete. Há lóbi a fazer e há técnicas de lóbi a desenvolver. Temos que fazer e agir”.

Já na visão do administrador da H3, mais do que diplomacia económica, era importante que houvesse gabinetes de apoio jurídico. Manuel Regalado, administrador da Portucel/Soporcel, faz um balanço positivo da diplomacia económica. Mas recordou que nesta fase actual do País, “há um aspecto importante que é atrair investimento, porque a capacidade interna vai estar limitada. Temos falado apenas no apoio à internacionalização e é importante cativar investidores para cá”.

Há lóbi a fazer
a há técnicas
de lóbi a
desenvolver.
Temos que
fazer e agir.

JOSÉ MANUEL FERNANDES
CEO da Frezite



António Cunha Araújo | Administrador da H3.

H3 “Estamos neste negócio por amor à culinária”

As dificuldades para um empresário que arranca com um negócio em Portugal são muitas. Mas, António Cunha Araújo, administrador da H3, recordou que quando pensou em constituir a empresa com mais dois sócios não estava à espera de ajudas. “Estamos neste negócio por amor à culinária e à cozinha”, admitiu o empresário.

Contando a sua experiência, António Cunha Araújo sublinhou que foi com esforço e com capitais próprios que foi possível desenvolver o negócio de hambúrgueres gourmet. “A expansão foi feita com grandes recursos, porque eram todos nossos”, gracejou, aproveitando para desabafar: “essa é a parte que me dói mais”.

Na visão de António Cunha

Araújo, em Portugal “há o empreendedor que acredita numa ideia e bate-se por ela, e o empreendedor que olha para o pacote de financiamento e tenta fazer a ideia caber nesse pacote e isso está errado”. Na sua visão, bem como dos restantes sócios da H3, o negócio é pensado e tem “crescido de forma consistente e não a pensar nos fundos”. E quando recorreu à banca, em plena crise, António Cunha Araújo referiu que já tinha cartas dadas e trabalho feito, o que facilitou a decisão.

Agora, o foco é a internacionalização. “Fomos empurrados para a internacionalização, porque este crescimento para fora do País é feito à conta do que não é feito cá dentro. É mais fácil ir para fora”, concluiu.



José Manuel Fernandes | Administrador da Frezite.

Frezite

“Vivemos anos patéticos e ridículos”

Há mais de 30 anos que é empresário e admite que já viveu anos inacreditáveis em Portugal. José Manuel Fernandes, administrador da Frezite, uma empresa de base industrial, recordou o tempo em que os governos davam orientações às empresas, ditando-lhes o que fazer. “Passámos por anos patéticos de perda e ridículos, mas eles é que tinham o poder”, recordou o mesmo responsável.

E como muitas empresas assentes na exportação de tecnologia, o caminho é o da internacionalização. José Manuel Fernandes contou que foi em 1981 que participou na primeira feira internacional. E a partir daí nunca mais parou.

Quanto às empresas portuguesas e aos empresários é peremptório

em dizer que “o País está cheio de novas oportunidades e temos que estar preparados para elas”. No entanto, muitas delas têm receio de arriscar. “O País não tem que ter medo de investir”, disse. A Frezite este ano ainda fará sair um produto para o mundo e irá também avançar com um novo projecto com um empresário europeu, que José Manuel Fernandes não quis detalhar. “Vamos abrir uma sucursal na Polónia e também temos o México em linha e a África do Sul que é a Alemanha de África. O princípio de internacionalização é fundamental”.

A Frezite tem investido na “diferenciação e não temos medo de passar a fronteira, porque temos aí desafios fantásticos”.



Manuel Regalado | Administrador da Portucel/Soporcel.

Portucel

“Portugal tem atitudes de fidalgo arruinado”

Se há empresa internacionalizada é a Portucel/Soporcel. Espalhada por mais de 100 países, o grupo que se dedica à pasta e ao papel “tem investido no momento e no modelo de negócio certo”, afirmou Manuel Regalado, administrador da empresa.

No entanto, quando pensa em Portugal, o administrador admitiu que “é com mágoa que vemos que um país que precisa de investir, mantém atitudes típicas de fidalgo rico e arruinado que se dá ao luxo de desperdiçar recursos abundantes que muito poderiam melhorar a situação do país”. A grande crítica deste gestor é que Portugal continua a inibir a reflorestação, obrigando a sua empresa a importar matéria prima que poderia ser ad-

quirida em no País.

“Deparamos nos com um conjunto de dificuldades e em Portugal existem 200 milhões de hectare que estão ao abandono e é complicado obter licenças para a floresta ao e reflorestação”, recordou Manuel Regalado. Na visão deste responsável, “tardamos em fazer os investimentos certos e o modo de funcionamento de todo o circuito logístico quer do campo dos portos, como dos caminhos de ferro”, é ineficiente.

E nesta fase do país, apesar de ser importante incentivar a internacionalização, Manuel Regalado disse não se poder esquecer “de atrair investimento estrangeiro, porque aqui a capacidade está limitada”.

CONSELHOS DO MERCADO FINANCEIRO



Rodolfo Lavrador, administrador da Caixa Geral de Depósitos.

Os bancos estão mais exigentes com as empresas, mas Rodolfo Lavrador, administrador da Caixa Geral de Depósitos, alertou que estas têm “que recorrer a outro tipo de financiamento e têm que ter mais capitais próprios”, quando arrancam com o seu projecto. Na banca, “é consensual que a prioridade deve ser dada à internacionalização e a CGD vai privilegiar isso, porque é o mais importante para o países”.



Joaquim Sérvulo Rodrigues, CEO da ES Venture.

Se para empresas como a Portucel, Frezite ou H3 a descida da TSU não é relevante, para aquelas que são apoiadas financeiramente pela ES Venture é importante. Sérvulo Rodrigues defendeu assim, a redução da TSU, não de uma forma standarizada, mas vista caso a caso. “A maior parte dos custos destas empresas que estão a arrancar são recursos humanos, por isso reduzir esse custo de contexto é relevante”.



Francisco Mendes Palma, director da Espírito Santo Research.

A dimensão do País pode ser vista de uma forma positiva. Francisco Mendes Palma, director da Espírito Santo Research, sublinhou: Portugal tem o “valor de ser pequeno e de ter relações duradouras”, nomeadamente com os países do Norte de África. Na visão deste responsável, a dimensão do País tem facilitado a sua relação com a Tunísia ou com Marrocos, no sentido de uma relação positiva para ambas as partes.

Conferência Portugal Global



Estudo | Jorge Braga de Macedo liderou a equipa que elaborou o estudo para a internacionalização encomendado pelo Executivo.

“O papel do primeiro-ministro é decisivo” para a internacionalização do País

Todo o Governo deve estar envolvido, mas o protagonista das grandes decisões terá de ser Passos Coelho, defende o ex-ministro das Finanças

FILOMENA LANÇA
filomenalanca@negocios.pt

“O papel do primeiro-ministro é decisivo e o Governo tem de estar todo envolvido.” O alerta foi deixado ontem por Jorge Braga de Macedo, economista e ex-ministro das Finanças, que liderou a elaboração do estudo para a internacionalização do País encomendado pelo Executivo. “Se isto for capitaneado por um único ministério, pela Economia ou pelos Negócios Estrangeiros, por exemplo, o que se passa com a Educação, que tem a formação, ou com a Justiça, que domina os chamados custos de contexto? É que tradicionalmente, qualquer intromissão na administração pública era vista como uma ofensa. Se for o primeiro ministro, já não é”, acrescentou o Economista.

Braga de Macedo falava, ontem, na conferência “Portugal Global - Empresa Exportadoras”, ainda no

rescaldo da apresentação pública do estudo destinado a repensar a internacionalização e a diplomacia económica. Perante uma plateia composta essencialmente por empresários, o ex-ministro das Finanças de Cavaco Silva explicou os traços principais do estudo, que prevê a criação de um conselho estratégico empresarial, “presidido pelo primeiro-ministro e no qual estarão três ministros, representantes de três associações empresariais, em reuniões que seriam regulares”. Além disso estes encontros, “seriam ainda acompanhados por representantes pessoais dos seus membros que reuniriam sempre que necessário para avaliar e preparar as reuniões”, explicou.

O documento, recorde-se, preconiza várias recomendações ao Governo que assentam em “cinco consensos”: a internacionalização da economia portuguesa deve ser um processo assumido pelo primeiro-

ministro, deve ser um desígnio nacional, e nesse sentido incluir as já referidas associações empresariais privadas; deve comunicar uma percepção positiva e verdadeira dos portugueses; fazer uma execução gradual e acompanhada dos consensos e do cenário escolhido; e avançar com a unificação das redes externas.

Esta última, admite Braga de Macedo, “é inovadora, mas um pouco mais complicada”. Se é certo que a Aicep acumulou informação e experiência que “é preciso preservar”, o “embaixador, em cada país, tem de ser responsável e inserir-se no processo”. O responsável lembrou também que a ideia é criar a figura do “embaixador itinerante”, a quem “competirá avaliar o desempenho dos embaixadores” nos vários países. “Se estes consensos forem respeitados, vamos ter crescimento externo, como todos desejamos e precisamos”, garante Braga de Macedo.

Descida da TSU, mas faseada

Ainda no contexto da necessidade de incentivos às empresas, Braga de Macedo elogiou a decisão do Governo de não avançar, para já, com uma descida significativa da Taxa Social Única. “A desvalorização fiscal é “desejável, mas numa altura em que os investidores estão a agonizar, é natural a medida que o Governo tomou, que é de bom senso e que é optar por fasear a descida”, salientou. “Esta ideia do FMI que tem de ter tudo dois dígitos, aqui em Portugal não dava”, disse, recordando a primeira intervenção do Fundo em Portugal, em 1983. “Da mesma maneira que isso aconteceu na altura, nós tivemos aqui uma atitude de ‘muito bem, está lá escrito, mas vamos ver’. Não estou a minimizar a questão da desvalorização fiscal, mas o problema que temos agora são os juros e não se justifica criar mais um indicador de endividamento”, concluiu.

Se estes consensos forem respeitados, vamos ter crescimento externo, como todos desejamos e precisamos.

JORGE BRAGA DE MACEDO

Responsável do estudo sobre a internacionalização da economia

“Creio que a recessão vai ser um pouco mais forte este ano”

Augusto Mateus acredita que a recessão em 2011 será mais profunda do que o previsto, mas diz que o País tem todas as condições para “não cair no círculo vicioso da depressão”

ANA LARANJEIRO
alajaranjeiro@negocios.pt

Augusto Mateus não tem muitas dúvidas que este ano Portugal vai enfrentar uma recessão um pouco mais profunda do que os 2,2% do PIB previstos. Por isso, a grande questão para o economista é a de saber como será o próximo ano.

Augusto Mateus sustenta que Portugal, tal como outros países europeus, viveu cerca de 15 anos “de poupanças do mundo emergente e onde muitos habitantes passaram a não fazer grande distinção entre o cartão de crédito e o cartão de débito”, o que criou um modelo de consumo que não é sustentável.

Na conferência “Portugal Global”, o economista admitiu que o consumo vai sofrer uma quebra um pouco mais acentuada do que o previsto. “Modelizando o consumo dessa maneira, chego a valores com intervalos de confiança relativamente sólidos mas que atiram para uma quebra do consumo mais próxima dos 5%” do que do valor que está previsto.

Considerando uma quebra do consumo na casa dos 5%, a recessão “vai ser um pouco mais forte este ano”, ou seja, isto significa que “não vamos ter os 2,2%, significa que vamos ter um pouco mais”. Contudo, para Augusto Mateus, “a grande dúvida é se 2012, sendo um ano em que vamos ter também recessão, se esta será mais fraca ou se irá aprofundar-se em 2011”. “E essa é a questão ab-

solutamente nevrálgica” conclui.

O economista defendeu ainda a necessidade de “constituir seis, sete, oito ‘task forces’ para conseguir, nesta emergência, ligar austeridade e crescimento”. E deixou ainda o alerta: se Portugal não conseguir no próximo ano “moderar aquilo que é a recessão de 2011 e se tiver, em 2012, um aprofundamento da recessão” muitos dos problemas que preocupam a sociedade actual podem ser agravados.

Distinguindo que insolvência e necessidades de liquidez não são a mesma coisa, o economista admitiu que, visto do prisma europeu, “a Grécia é razoavelmente diferente hoje de Portugal e da Irlanda” e reconhece que “quem nos emprestou dinheiro espera que nós façamos crescer a nossa economia” não apenas um controlo do défice.

Ainda assim, para Augusto Mateus, ex-ministro da Economia de António Guterres, “a economia portuguesa não apresenta nenhum sinal de insolvência” o que não acontece com a economia helénica dado que esta “caiu no círculo vicioso da recessão”.

Confiante que o país tem “todas as condições para não cair no círculo vicioso da depressão” bem como para “fazermos este ajustamento em baixa e para podermos sair dele”, Augusto Mateus, no entanto, não deixa de frisar que “devíamos ter uma diplomacia económica centrada em cinco ou seis coisas”, isto é “em prioridades”.

A economia portuguesa não apresenta nenhum sinal de insolvência.

AUGUSTO MATEUS
Economista



Augusto Mateus | É preciso ligar austeridade com crescimento.

A promotional banner for the "2ª Edição Conferência Portugal Global". The banner features the "negocios" and "BANCO ESPIRITO SANTO" logos at the top left. The main title "2ª Edição Conferência Portugal Global" is displayed in a large, stylized font. Below the title, there is a silhouette of a sailing ship. At the bottom, a row of logos for sponsors is shown, including "Caixa Geral de Depósitos", "NOVABASE", "grupo Portucel Soporcel", and "PORTUGAL 2020".

Conferência Portugal Global

Uma plateia global de empresários, gestores, políticos e economistas

Empresários, gestores, políticos e economistas estiveram ontem presentes no hotel Sheraton, em Lisboa, na segunda conferência “Portugal Global”, uma iniciativa do Negócio e do BES que contou com os

patrocínios da CGD, Novabase, Soporcel/Portucel e J. Portugal Ramos Vinhos. Duzentas pessoas encheram a sala e ficaram a conhecer a lista das prioridades do ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira.

